



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.075 de 2021

Suprima-se as alíneas *c, d, e*, introduzidas ao inciso I do art. 2º da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, pelo art. 1º da Medida Provisória 1.075, de 2021.

JUSTIFICAÇÃO

O ProUni – Programa Universidade para Todos foi criado pela MP nº 213/2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva.

Como política de inclusão, o programa tem como uma de suas premissas a concessão do benefício para acesso ao ensino superior privado à população de baixa renda. Para delimitar, de forma indubitável, tal enquadramento de beneficiários, a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, em seu art. 2º, dispõe que as bolsas, no âmbito do Prouni, serão destinadas a ***estudante que tenha cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral.***

Pela Medida Provisória 1.075/2021, as bolsas do Prouni poderão ser destinadas tanto a estudantes egressos do ensino médio de escolas privadas na condição de bolsistas, como aqueles que tenham cursado o ensino médio como pagantes. Segundo a justificativa apresentada pelo Governo, a medida teria o objetivo diminuir da ociosidade na ocupação das vagas na educação superior privada no âmbito do programa.

Ocorre que o atual contexto, de crise financeira, pelas restrições impostas pela pandemia, impediu a realização do Enem por grande parte dos alunos de baixa renda pela falta de computadores e de acesso à internet e problemas financeiros que levaram os jovens ao trabalho para auxiliar no sustento familiar. Segundo dados do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio





Gabinete do Senador Weverton

Teixeira), compilados pelo Semesp (entidade que representa mantenedoras de ensino superior no Brasil), houve uma queda de 77,4% no número de inscritos com renda familiar de até três salários-mínimos no Enem de 2021. Com isso, o Enem registrou menos 2.822.121 inscrições de candidatos pobres que poderiam fazer a prova gratuitamente por “declaração de carência”. Enquanto isso, o Instituto registrou que, entre os estudantes que pagaram a taxa de inscrição, o número de inscritos teve aumento de 39,2% em relação ao ano passado.

Portanto, os obstáculos no acesso à educação, principalmente durante a pandemia que já se arrasta por dois anos, são os maiores responsáveis pela ociosidade de vagas. Neste sentido, ampliar o acesso aos estudantes de instituições privadas que de fato tiveram condições de arcar com os custos, enquanto a questão dos óbices enfrentados para o alcance do acesso à educação pelos que de fato não possuem recursos, parece ser medida que vai em sentido contrário à essência de uma política pública construída como um instrumento de combate às desigualdades sociais.

Por desvirtuar a essência do Prouni, política pública criada para democratizar o acesso ao ensino superior pela população mais vulnerável é que sugerimos, por meio da presente emenda, a supressão as alíneas *c*, *d*, *e*, introduzidas ao inciso I do art. 2º da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, pelo art. 1º da Medida Provisória, que se referem à ampliação do alcance das bolsas do Prouni aos estudantes de instituições privadas, na condição de pagantes.

Comissões, em 08 de dezembro de 2021.

Sala das Sessões, em de de 2021.

Senador Weverton

PDT/MA



SF/21397.49509-04